

**SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL
NOSSA SENHORA AUXILIADORA**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019**

NOTA EXPLICATIVA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, é uma entidade civil e religiosa, de direito privado, assistencial, e filantrópica, fundada em 05 de julho de 1927 pelas filhas de Maria Auxiliadora. Seu objetivo social é prestar assistência à saúde a tantos e quantos demandarem os seus serviços, sem distinção de qualquer natureza no que se refere à modalidade, raça, credo político e religioso. Realiza também prestação de serviços de saúde à comunidade em geral, promovendo medidas que auxiliem na erradicação de doenças e enfermidades que atendem a população em geral, assim como desenvolver atividades que propiciem melhoria da saúde comunitária, sempre em colaboração com órgãos públicos. Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 342, de 04/Dez/1970, de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 109 de 08/Jul/1980 e de Utilidade Pública Federal pelo Processo MJ 16.635/1970, e reconhecida como Entidade beneficente de assistência social da área de saúde pelo Ministério da Saúde.

NOTA EXPLICATIVA 02 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com o Decreto nº 7300 e da Lei nº 9.656 de 1998 e suas posteriores alterações, estando apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, na Resolução CFC 1.409/12 – ITG 2002, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo atendidas inclusive as orientações técnicas expedidas pelo Ministério da Saúde no âmbito da Lei 12.101/2009, e pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social e demais disposições complementares aplicáveis às entidades sem fins de lucros, estando apresentadas de forma comparativa em relação às demonstrações contábeis do exercício anterior, em moeda corrente nacional.

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2019, de forma a permitir a comparabilidade, conforme determina as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela diretoria em 04 de maio de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

S. O+

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados.

As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado e as contingências apontadas pelos assessores jurídicos.

NOTA EXPLICATIVA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente e a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Entidade na gestão de obrigações de curto prazo.

3.2 Aplicações financeiras

São registradas nesta rubrica os valores de aplicação cujo resgate supera o prazo de 03 (três) meses da data da contratação, as aplicações da entidade são compostas de recursos oriundos de subvenções governamentais recebidas no ano.

3.3 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

3.4 Receitas

3.4.1 – Receitas pacientes convênios

Os convênios médicos são registrados pelo valor presente da operação de acordo com as faturas mensais apuradas pela Entidade, pelo regime de competência, o prazo de emissão de nota e liberação para faturamento gira em torno de 60 (sessenta) dias, porém a Entidade

S. DT

entende que no final de cada período de competência já existe o direito de receber o valor, portanto, realiza a provisão de contas a receber.

3.4.1.1 – Glosas de convênios

O Faturamento é realizado de acordo com as tabelas negociadas junto as operadoras de saúde, no momento do recebimento, se houver glosas, o registro é realizado de acordo com o cruzamento entre o faturado e o recebido, o departamento de recurso de glosa entra com recurso junto as operadoras recusando os valores glosados. Glosas aceitas, são registradas no momento do recebimento, ficando em aberto as glosas que serão recusadas.

3.4.2 – Receitas pacientes particulares

A Entidade registra pelo valor presente da operação de acordo com os serviços realizados referentes a pacotes e particulares, pelo regime de competência, o prazo de recebimento no caso de pacotes é antecipado pois a Entidade disponibiliza um desconto nos serviços, com relação aos particulares, recebemos à vista ou parcelado.

3.4.3 – Receitas pacientes SUS

O convênio para atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS é gerido pelo Município de Três Lagoas atualmente através do termo de contratualização e seus aditivos. Em 05 de novembro de 2019, um novo termo de contratualização foi assinado, com vigência para 12 meses, e em 03 de novembro de 2020, um novo termo de contratualização 001/2020 foi assinado com vigência para 12 meses.

O registro contábil dos faturamentos para o SUS é feito de acordo com os valores pactuados na contratualização com o gestor Municipal, a Entidade ainda recebe as metas qualitativas e quantitativas que são apuradas em decorrência do cumprimento dos atendimentos pré-estabelecidos. As estimativas de cumprimento das metas são de 100% do pactuado, e atualmente são registradas na contabilidade após a análise da auditoria do Gestor do convênio.

No decorrer do exercício de 2020 a entidade celebrou vários termos aditivos que tratavam de recebimentos extra teto da contratualização que referem-se à realização de cirurgias e consultas eletivas, cirurgias de catarata, exames laboratoriais e de radiodiagnóstico, habilitação de leitos de UTI para atender demanda relacionada a pandemia do novo corona vírus (COVID-19)

3.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo. Os itens são identificados separadamente analisando todos os gastos de aquisição, transformação e outros incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atual.

O custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo no começo de um período e do custo dos mesmos itens comparados ou produzidos durante o período.

Nos custos de aquisição, compreende-se o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos, exceto os recuperáveis, bem como os custos de transporte, manuseio e outros



diretamente atribuíveis à aquisição do produto, abatimentos e outros descontos comerciais são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

O reconhecimento como custo no resultado é feito mediante a comprovação da dispensação do material e medicamento no paciente, o custo é registrado no respectivo período em que a receita é reconhecida.

3.6 Investimentos

São representados por participação em cotas patrimoniais avaliadas pelo método de custo.

3.7 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na conta “outras (despesas) receitas” na demonstração do resultado de cada exercício.

(b) Depreciação

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, as taxas de depreciação são as constantes na IN RFB 1700/2017. Os Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

(c) Benfeitorias e Construções realizadas em imóvel de terceiros

As benfeitorias realizadas no imóvel onde se localiza o Hospital são registradas em conta de ativo imobilizado na rubrica “Custo de Aquisição de Instalações”, ao custo histórico de realização, não são realizadas reavaliação em virtude da não permissão das normas Brasileiras de contabilidade. A reserva de reavaliação hora existente será baixada no decorrer do reconhecimento da depreciação.

(d) Construções em andamento

As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, aquisição de materiais, mão de obra de terceiros, mão de obra própria e encargos.

3.8 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.



Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

3.9 Ativo circulante e não circulante

São apresentados ao valor de custo, observadas as variações monetárias incorridas, quando aplicáveis, e deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessário.

3.10 Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.11 Reconhecimento de receita, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.12 Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas.

3.13 Doações e subvenções específicas

As doações para projetos específicos são registradas no passivo circulante e revertidas integralmente em projetos de pesquisas e ações sociais da Entidade, quando então são registradas ao resultado para custeio das despesas ou para aquisições de ativos imobilizados. As doações não específicas, destinadas ao custeio normal das operações, são registradas diretamente no resultado como receita de doações.

3.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

(a) Ativos contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(b) Passivos contingentes: Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (cíveis e trabalhistas) são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e

(c) Contingências tributárias e obrigações legais: São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

NOTA EXPLICATIVA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	Exercícios	
	2020	2019
Caixa	16.048	21.658
Contas Correntes - Sem Restrição	633.981	32.611
Contas Correntes - Com Restrição	2.521.840	212.836
Aplicações - Sem Restrição	1.377.121	697.138
Aplicações - Com Restrição	40	0,00
Total	4.549.030	964.243

NOTA EXPLICATIVA 05 – CRÉDITOS A RECEBER E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

O saldo deste grupo refere-se a valores a receber de clientes por serviços não relacionados aos planos de saúde, basicamente atendimento hospitalar a não conveniados dos planos de saúde comercializados pela entidade:

Títulos a Receber	Exercícios	
	2020	2019
Contas a receber – Convênio Sus e	5.032.428	6.373.860
(-) Provisão para perdas sobre Crédito	(645.644)	(960.094)
Total	4.386.784	5.413.766

(i) Valores referentes as glosas iniciais dos convênios, as glosas iniciais são recursadas.

8
04

NOTA EXPLICATIVA 06 - SUBVENÇÕES A RECEBER

	Exercícios	
	2020	2019
Subvenções a Receber	1.581.727	2.292.000

(i) Valores referente a emendas parlamentar com obras em execução.

NOTA EXPLICATIVA 07 –ESTOQUES

Os estoques são mensurados pelo valor de custo. Os itens são identificados separadamente analisando todos os gastos de aquisição, transformação e outros incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

NOTA EXPLICATIVA 08 - INVESTIMENTOS

Valor referente a cotas de participação no banco Sicredi, pois todo o correntista possui cotas do patrimônio do banco.

Item	Saldo em 31/12/2020
Banco Sicredi	95.292

NOTA EXPLICATIVA 09 - IMOBILIZADO

Valor de Custo	Taxa Anual de Depreciação (%)	2019		2020	
		Adições	Baixas	Adições	Baixas
Instalações	4	R\$ 10.498.477	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.498.477
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	10	R\$ 16.590.841	R\$ 855.060	R\$ 68.900	R\$ 17.377.001
Equipamentos Eletrônicos	10	R\$ 288.016	R\$ 21.203	R\$ 4.120	R\$ 305.099
Equipamentos de Processamento eletrônico de Dados	20	R\$ 1.501.430	R\$ 133.361	R\$ 7.428	R\$ 1.627.363
Móveis e Utensílios Hospitalares	10	R\$ 3.949.352	R\$ 280.128	R\$ 14.501	R\$ 4.214.979
Veículos Não Hospitalares	20	R\$ 300.450	R\$ -	R\$ -	R\$ 300.450
Construção em Andamento	0	R\$ 3.363.968	R\$ 381.396	R\$ -	R\$ 3.745.364
Prédios	4	R\$ 5.809.917	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.809.917
Total Custo		R\$ 42.302.451	R\$ 1.671.148	R\$ 94.949	R\$ 43.878.650
Valor da Depreciação					
Instalações	4	(5.628.043)	(419.939)	-	(6.047.982)
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	10	(8.403.868)	(1.133.007)	(68.885)	(9.467.990)
Equipamentos Eletrônicos	10	(55.390)	(28.339)	(1.089)	(82.639)
Equip. de Processamento Eletrônico de Dados	20	(956.241)	(157.857)	(6.290)	(1.107.807)
Móveis e Utensílios Hospitalares	10	(1.601.875)	(367.019)	(9.791)	(1.959.102)
Veículos Não Hospitalares	20	(147.470)	(50.100)	-	(197.570)
Prédios	4	(594.804)	(254.481)	-	(849.286)
Total Depreciação		(17.387.690)	(2.410.743)	(86.056)	(19.712.377)
Total Geral		R\$ 24.914.761	-R\$ 739.595	R\$ 8.893	R\$ 24.166.273

8 7/2
10X

SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA
 Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
 Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (em reais)

NOTA EXPLICATIVA 10 - INTANGÍVEL

Valor de Custo	Taxa Anual de Depreciação (%)	2019	Adições	Baixas	2020
	Sistema de Computação	20	R\$ 1.275.519	R\$ 82.253	R\$ -
Total Custo		R\$ 1.275.519	R\$ 82.253	R\$ -	R\$ 1.357.772
Valor de Amortização					
Sistema de Computação	20	(984.773)	(130.473)	-	(1.115.246)
Total de Amortização		(984.773)	(130.473)	-	(1.115.246)
Total Geral		R\$ 290.746	(48.220)	R\$ -	R\$ 242.526

NOTA EXPLICATIVA 11- FORNECEDORES

Refere-se aos fornecedores de materiais, medicamentos e demais itens/bens e/ou serviços utilizados no atendimento hospitalar.

NOTA EXPLICATIVA 12 – SERVIÇOS MÉDICOS A PAGAR

Os principais valores a serem pagos referente a honorários dos serviços médicos realizados nos atendimentos hospitalares são:

	Exercícios	
	2020	2019
Honorários Médicos Pessoa Jurídica	1.770.875	1.863.484

NOTA EXPLICATIVA 13 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Exercícios	
	2020	2019
Provisão para férias	2.450.871	2.649.666
Salários a pagar	1.442.161	1.248.418
Provisão para FGTS Férias	196.069.70	268.888
Empréstimos consignados	168.946	167.646
Pensão alimentícia a depositar	2.037	3.479
Rescisões a pagar	-	10.808
TOTAL:	4.260.085	4.348.905

8
 HQ
 DX

NOTA EXPLICATIVA 14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	Exercícios	
	2020	2019
FGTS a Recolher	248.318	223.180
Contribuições Previdenciárias	174.349	152.331
Imposto de Renda Retido na Fonte	133.558	123.546
Imposto Sobre Serviços	49.307	70.715
COFINS	40.487	58.165
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	15.738	21.229
Contribuições Previdenciária Retidas de Terceiros	11.205	106
PIS	8.765	12.512
Contribuição Sindical a Recolher	6.720	5.840
TOTAL:	688.447	667.624

NOTA EXPLICATIVA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa	Vencimento	2020	2019	Finalidade
Bradesco	0,79% a.m.	Mar/2027	12.960.455	-	Cap. Giro
Santander	1,07% a.m.	Set/2024		6.946.594	Obras
Sicredi	1,40% a.m.	-		1.699.049	Rotativo
Banco do Brasil	1,00% a.m.	Jul/2025		838.657	FCO
Bradesco	1,57% a.m.	Set/2021		486.546	Ressonância Magnética
Banco do Brasil	1,16% a.m.	-		300.000	Rotativo
Banco do Brasil	1,27% a.m.	Jul/2020		226.194	Feira hospitalar
Conta descoberta	-	-		388.028	Cheques a compensar
Juros a transcorrer	-	-	(3.906.070)	(1.991.467)	
			9.054.385	8.893.601	

	Exercícios	
	2020	2019
Curto prazo	2.111.427	5.457.690
Longo prazo	6.942.958	3.435.911
TOTAL:	9.054.385	8.893.601

8 4/19
R+

NOTA EXPLICATIVA 16 - SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS A REALIZAR

Convênio com o ministério da saúde

No exercício de 2013, o convênio foi firmado em 2013, mas o início de obra só foi autorizado em 2015, o Ministério da Saúde autorizou o repasse do recurso de R\$ 2 milhões ao Hospital, referente ao Programa de Serviço de Atenção às Urgências e Emergências da Rede Hospitalar, também conhecido como RUE – Rede de Urgência e Emergência – 798.924/2013, para a reforma das unidades de Pronto Socorro, UTI – Unidade de Terapia Intensiva e CDI – Centro de Diagnóstico por Imagem, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 518.234,57. (R\$ 599.288,00 em 31 de dezembro de 2019).

No exercício de 2019, o Ministério da Saúde, por meio do Programa Rede Cegonha do Fundo Nacional de Saúde - convênio 884.047/2019, autorizou o repasse do recurso de R\$ 100.000,00 ao Hospital, para aquisição de equipamento e material permanente para a “Maternidade Dr. Monir Thomé”, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 69.179,74 (será liberado valor da licitação conforme processo de cotação prévia de preços nº 005/2020). (R\$ 100.000 em 31 de dezembro de 2019).

No exercício de 2019, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Nacional de Saúde - convênio 886.355/2019 - Senador Pedro Chaves, autorizou o repasse do recurso de R\$ 200.000,00 ao hospital, para aquisição de equipamento e material permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 146.834,00 (será liberado valor da licitação conforme processo de cotação prévia de preços nº 007/2020). (R\$ 200.000,00 em 31 de dezembro de 2019).

No exercício de 2019, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Nacional de Saúde – convênio 886.357/2019 - Deputado Federal Luiz Henrique Mandetta, autorizou o repasse do recurso de R\$ 400.000,00 ao hospital, para aquisição de equipamento e material permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 307.171,24 (será liberado valor da licitação conforme processo de cotação prévia de preços nº 004/2020). (R\$ 400.000,00 em 31 de dezembro de 2019).

No exercício de 2019, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Nacional de Saúde – convênio 886.360/2019 - Senadora Simone Tebet, autorizou o repasse do recurso de R\$ 1.000.000,00 ao hospital, para aquisição de equipamento e material permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 734.893,00 (será liberado valor da licitação conforme processo de cotação prévia de preços nº 006/2020) (R\$ 1000.000,00 em 31 de dezembro de 2019).

No exercício de 2020, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Nacional de Saúde – convênio 900.655/2020 - Senadora Soraya Thronicke, autorizou o repasse do recurso de R\$ 300.000,00, sendo de contrapartida do hospital o montante de R\$ 483,00, totalizando R\$ 300.483,00 para aquisição de equipamento e material permanente para

Unidade de Atenção Especializada em Saúde, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 300.000,00.

S. 1/11
DA

No exercício de 2020, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Nacional de Saúde – convênio 904.880/2020- Deputado Federal Beto Pereira, autorizou o repasse do recurso de R\$ 400.000,00, sendo de contrapartida do hospital o montante de R\$ 43.686,00, totalizando o montante de R\$ 443.686,00, para aquisição de equipamento e material permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 400.000,00.

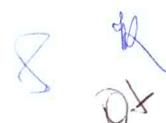
No exercício de 2020, o Fundo da Criança e Adolescente, por meio do Conselho Municipal da Criança e Adolescente (CMDCA) – Termo de Fomento 001-2020 - CTG, autorizou o repasse do recurso de R\$ 239.200,00 ao hospital, para aquisição de equipamento e material permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 239.749,02.

No exercício de 2020, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Municipal de Saúde 46º Termo aditivo ao termo de contratualização 001/2018, autorizou o repasse do recurso de R\$ 300.00,00 ao hospital, para incremento temporário do limite financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), para o enfrentamento ao COVID-19 - **PORTARIAS Nº 1.666, DE 01 DE JULHO DE 2020 e Nº 545, DE 25 DE MARÇO DE 2020, ART. 1º**, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 614,34.

No exercício de 2020, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Municipal de Saúde – 50º Termo aditivo ao termo de contratualização 001/2018, autorizou o repasse do recurso de R\$ 669.817,62 ao hospital, para auxílio financeiro emergencial às Santas Casas e aos Hospitais Filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da COVID-19 - **PORTARIAS Nº 1.393, DE 21 DE MAIO DE 2020 e Nº 1.666, DE 01 DE JULHO DE 2020**, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 121.258,77.

No exercício de 2020, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Municipal de Saúde – 53º Termo aditivo ao termo de contratualização 001/2018, autorizou o repasse do recurso de R\$ 1.177.541,22 ao hospital, para auxílio financeiro emergencial às Santas Casas e aos Hospitais Filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da COVID-19 - **PORTARIAS Nº 1.448, DE 29 DE MAIO DE 2020 e Nº 1.666, DE 01 DE JULHO DE 2020**, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 277.594,94.

No exercício de 2020, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Municipal de Saúde – 55º Termo aditivo ao termo de contratualização 001/2018, autorizou o repasse do recurso de R\$ 1.000.000,00 ao hospital, para enfrentamento da emergência em saúde nacional (teto MAC) para o enfrentamento ao COVID-19 - **PORTARIAS Nº 1.666, DE 01 DE JULHO DE 2020 e Nº 545, DE 25 DE MARÇO DE 2020, ART. 1º**, em parcela única, na forma estabelecida no Termo de Contratualização 001/2018, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 701.070,62.



SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(em reais)

No exercício de 2020, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Municipal de Saúde – 57º Termo aditivo ao termo de contratualização 001/2018, autorizou o repasse do recurso de R\$ 200.000,00 ao hospital, para auxílio financeiro no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19, na forma estabelecida do Termo de Contratualização nº 001/2018 para o enfrentamento ao COVID-19 - **PORTARIAS Nº1.666, DE 01 DE JULHO DE 2020 e Nº 545, DE 25 DE MARÇO DE 2020, ART. 1º**, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 139.094,95.

No exercício de 2020, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Municipal de Saúde – 59º Termo aditivo ao termo de contratualização 001/2018, autorizou o repasse do recurso de R\$ 4.000.000,00 ao hospital, para enfrentamento da emergência em saúde nacional (teto MAC) para o enfrentamento ao COVID-19 - **PORTARIAS Nº1.666, DE 01 DE JULHO DE 2020 e Nº 545, DE 25 DE MARÇO DE 2020, ART. 1º**, em parcela única, na forma estabelecida no Termo de Contratualização 001/2018, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 2.247.207,41.

No exercício de 2020, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Nacional de Saúde – 58º Termo aditivo ao termo de contratualização 001/2018, autorizou o repasse do recurso de R\$ 273.759,00 ao hospital, referente a incremento temporário do limite financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (teto MAC) para custeio de materiais e medicamentos, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 274.007,31.

No exercício de 2020, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Nacional de Saúde – 60º Termo aditivo ao termo de contratualização 001/2018, autorizou o repasse do recurso de R\$ 400.000,00 ao hospital, referente a incremento temporário do limite financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (teto MAC) para custeio de materiais e medicamentos, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$ 400.346,34.

No exercício de 2020, o Ministério da Saúde, por meio do Programa do Fundo Nacional de Saúde – 61º Termo aditivo ao termo de contratualização 001/2018, autorizou o repasse do recurso de R\$ 315.000,00 ao hospital, referente a incremento temporário do limite financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (teto MAC) para custeio de materiais e medicamentos, em 31 de dezembro de 2020 o saldo atualizado é de R\$315.012,76.

NOTA EXPLICATIVA 17 – PARCELAMENTO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

	Exercícios	
	2020	2019
Parcelamento de imposto de renda retido	292.119	290.058
ANS (Parcelamento) Multa	14.107	12.412
Total Circulante	306.226	302.470
Parcelamento de imposto de renda retido	951.474	1.221.099
ANS (Parcelamento) Multa	23.084	40.167
Total Não Circulante	974.558	1.261.266
Circulante e Não Circulante	1.280.784	1.563.736



NOTA EXPLICATIVA 18 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos externos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

	Exercícios	
	2020	2019
Trabalhistas	5.359.691	3.932.157
Cíveis	1.017.000	329.804
TOTAL:	6.376.691	4.261.961

NOTA EXPLICATIVA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Patrimônio Social

Está demonstrado conforme determina a Lei nº 9.249 de 27/12/95, no artigo 4º, Parágrafo Único - vedada a correção monetária sobre os valores de custo de aquisição, integralização e ou de transferências.

O patrimônio social da Entidade, apresentado em 31 de dezembro de 2019, corresponde ao patrimônio social inicial acrescido dos valores dos superávits ou déficits acumulados, dos valores da reserva de reavaliação. Nota-se uma diminuição referente ao ano de 2019 trata-se do reconhecimento das glosas dos exercícios anteriores de provisão de processos judiciais e o déficits do ano de 2019.

19.2 Destinação do superávit (déficit) do exercício

Devido à Entidade ser uma Sociedade Beneficente, os resultados positivos têm que ser investidos nas atividades fins, sendo vedada a distribuição de resultados em qualquer hipótese.

NOTA EXPLICATIVA 20 - OUTRAS RECEITAS OPER. DE ASSIS. À SAÚDE NÃO RELAC. COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	Exercícios	
	2020	2019
Receita Paciente SUS	54.739.862	47.582.894
Receita Paciente Convênio	20.416.384	29.121.848
Receita Paciente Particulares	1.201.266	1.374.800
TOTAL:	76.357.511	78.079.542

S
DT

As deduções são referentes as glosas realizadas pelas operadoras e sobre os atendimentos particulares.

	Exercícios	
	2020	2019
Glosas de convênio e particular	(403.252)	(1.645.252)

NOTA EXPLICATIVA 21 – CUSTO DE PESSOAL

	Exercícios	
	2020	2019
Salários e Ordenados	(25.140.386)	(24.588,21)
Encargos Trabalhistas	(2.948.484)	(2.606.936)
Benefícios	(3.812.220)	(2.947.444)
Cota Patronal	(7.728.553)	(8.084.426)
TOTAL:	(39.629.643)	(38.227.017)

NOTA EXPLICATIVA 22 – CUSTO DE SERVIÇO DE TERCEIRO

	Exercícios	
	2020	2019
Honorários Médicos Pessoa Jurídica	(23.280.151)	(26.919.886)
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	(1.845.169)	(1.443.412)
Honorários Advocatícios	(287.080)	(290.180)
Honorários de Consultoria	(218.139)	(220.493)
Frete e Carretos	(21.605)	(34.388)
Serviços Prestados Pessoa Física	(3.523)	(14.335)
TOTAL:	(25.655.667)	(28.992.694)

8
DT

DEMONSTRATIVO DOS VALORES DAS ISENÇÕES USUFRUÍDAS	
INSS sobre a Folha de Pagamento	7.469.205,67
PIS/ Pasep	259.347,42
PIS sobre o faturamento	494.402,30
COFINS sobre o faturamento	2.281.856,78
TOTAL DAS ISENÇÕES	10.504.812,17

NOTA EXPLICATIVA 32 - RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITC 2002 (R1) a entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS quota patronal, PIS e COFINS s/ receitas, ISSQn, IPTU, IPVA, IRPJ, CSLL, IRRF s/ rendimentos de aplicação financeira.

NOTA EXPLICATIVA 33 - ATENDIMENTO AO SUS – PORTARIA Nº 834/2016

A Entidade cumpriu no exercício de 2020 os requisitos relacionados ao CEBAS exigidos pela Lei 12.101/2009, Decreto 8.242/2014 e Portaria 834/2016, com a disponibilização e prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS na ordem de mais de 60% de suas Internações Hospitalares e mais de 60% de seus atendimentos Ambulatoriais aferidos nos Sistemas de Informação regulamentados pelo Ministério da Saúde.

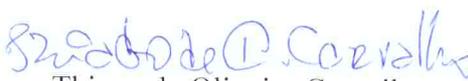
* * *

Diretoria


Ir. Maria Nilda Cavalcante Rangel
Diretora Geral


Ir Dilma Canavarro de Abreu
Tesoureira


Marco Antônio de Moura Calderon
Diretor Executivo


Thiago de Oliveira Carvalho
Controller (Contador)
CRC SP 259898/O-8

Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora
03.873.593/0001-99
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS			
Receitas Pacientes SUS		54.814.243	47.582.894
Receitas Pacientes Convênios		20.416.384	29.121.848
Receitas Pacientes Particulares		1.201.266	1.374.800
	20	76.431.893	78.079.542
(-) Deduções da Receita Bruta			
Glosas de Convênios e Particulares		(403.252)	(1.645.252)
	20	(403.252)	(1.645.252)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo de Pessoal	21	(39.629.643)	(38.227.017)
Custo de Serviços de Terceiros	22	(25.655.667)	(28.922.694)
Custo de Materiais / Medicamentos	23	(14.488.017)	(14.546.443)
Custos Gerais	24	(888.194)	(943.762)
		(80.661.521)	(82.639.916)
Resultado Bruto		(4.632.881)	(6.205.625)
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS			
Despesas Administrativas e Gerais	25	(4.014.431)	(5.149.157)
Financeiras Líquida	26	(573.874)	(406.148)
Contingencias Cíveis e Trabalhista		(3.147.233)	(4.115.604)
Despesas com Depreciação / Amortização	27	(2.541.216)	(2.453.206)
Demais Despesas	28	(125.480)	(69.280)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	29	5.879.117	1.964.116
		(4.523.118)	(10.229.280)
RECEITAS C/ SUBVENÇÕES, DOAÇÕES E INCENTIVOS			
Receitas com Doações		1.262.523	884.089
Benefício Usufruído de Cota Patronal (+)		7.728.553	8.084.426
		8.991.076	8.968.515
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(164.922)	(7.466.390)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

15/11/20
RG: 59.904.636-3
CPF: 293.745.611-15
Ir^a Dilma C. Abreu
Tesoureira

82.8060 de D Carvalho
Thiago Carvalho
CRC SP 259898/0-8

Ma. Nilda C. Rangel
Diretora Geral

HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA
Mário Antonio Calderon
Diretor Executivo
CRAMS 8495

Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora
03.873.593/0001-99

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Valores em reais)

	Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit do Período	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.097.496	7.000.015	(175.553)	10.921.957
Transferência do Resultado do Exercício Anterior	(175.553)	-	175.553	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.324.194)	-	-	(1.324.194)
Déficit do Período	-	-	(7.466.390)	(7.466.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.597.748	7.000.015	(7.466.390)	2.131.373
Transferência do Resultado do Exercício Anterior	(7.466.390)	-	7.466.390	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	202.088	-	-	202.088
Déficit do Período	-	-	(164.922)	(164.922)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.666.554)	7.000.015	(164.922)	2.168.539

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


RG: 59.904.636-3
CPF: 293.745.611-15
Irª Dilmá C. Abreu
Tessoureira


Thiago Carvalho
CRC SP 259298/0-8


HOSPITAL AUXILIADORA
MARCOS ANTONIO CADEIROLI
Tessoureira - CPF: 03.873.593-01/0001-99


Ma. Nilda C. Rangul
Diretora Geral

Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora
03.873.593/0001-99
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(valores expressos em reais)

Método Indireto	31/12/2020	31/12/2019
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
A Resultado Líquido Ajustado		
Déficit do Exercício	(164.922)	(7.466.390)
Prov. Ações Cíveis e Trabalhistas	2.114.730	2.915.504
Subvenções de Imobilizado diferidas	386.304	1.443.450
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(314.450)	110.398
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(1.324.194)
Amortização	130.473	129.938
Depreciação	2.410.743	2.323.268
(=) Resultado Ajustado	4.562.879	(1.868.026)
B Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante		
Créditos a Receber	1.341.432	1.832.402
Subvenções a Receber	710.273	(734.560)
Adiantamentos	(847.779)	(44.558)
Cheques e Cartões	(12.777)	182.413
Despesas Antecipadas	(23.962)	17.950
Estoque	(1.934.644)	(77.765)
(=) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante	(767.457)	1.175.881
C Acréscimo e Decréscimo do Ativo Não Circulante		
Depósitos Judiciais	(24.829)	(38.999)
(=) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Não Circulante	(24.829)	(38.999)
D Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante		
Fornecedores	(3.227.484)	2.379.779
Serviços Médicos a Pagar	(92.609)	(366.821)
Obrigações Trabalhistas	(88.821)	319.053
Obrigações Sociais e Fiscais	20.825	(82.847)
Acordos Judiciais	205.998	102.019
Adiantamentos de Clientes	(123.364)	88.945
Outras Obrigações	(15.621)	(184.379)
Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar (CP)	4.687.429	117.766
Parcelamentos - CP	3.757	(60.532)
(=) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante	1.370.109	2.312.983
E Acréscimo e Decréscimo do Passivo Não Circulante		
Parcelamentos (LP)	(286.707)	(239.244)
(=) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Não Circulante	(286.707)	(239.244)
(=) TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C+D+E)	4.853.995	1.342.595
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Investimentos	112.427	(130)
Aquisição do Imobilizado	(1.898.427)	(5.264.423)
Aquisição do Intangível	(119.643)	(10.000)
Resultado com Baixa do Ativo Imobilizado / Intangível	273.563	28.221
(=) TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.632.081)	(5.246.332)
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	160.785	3.207.623
(=) TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	160.785	3.207.623
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)	3.382.699	(696.114)
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	964.243	1.660.357
VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO	3.382.699	(696.114)
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	4.346.943	964.243

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Dilma
RG: 59.904.636-3
CPF: 293.745.611-15
Ir^a Dilma C. Abreu
Tesoureira

Thiago
Thiago Carvalho
CRC SP 259298/0-8

Rangel
Ma. Nilda C. Rangel
Diretora Geral



Sociedade Beneficente do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora
03.873.593/0001-99
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	4.549.030	964.243	CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição		2.027.151	751.407	Fornecedores	11	1.606.854	4.834.337
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição		2.521.880	212.836	Serviços Médicos a Pagar	12	1.770.875	1.863.484
				Obrigações Trabalhistas	13	4.260.085	4.348.905
				Obrigações Sociais e Fiscais	14	688.448	667.624
Realizável		10.381.955	9.300.049	Empréstimos e Financiamentos a Pagar (CP)	15	2.111.427	5.457.690
Créditos a Receber	5	5.032.428	6.373.860	Acordos Judiciais		359.238	153.240
(-) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	5	(645.644)	(960.094)	Adiantamentos de Clientes		178.416	301.780
Subvenções a Receber	6	1.581.727	2.292.000	Outras Obrigações		-	15.621
Adiantamentos		1.250.360	402.581	Subvenções e Assistências Governamentais a Realizar (CP)	16	7.192.269	2.504.840
Cheques e Cartões		165.203	152.426	Parcelamentos - CP	17	306.227	302.470
Despesas Antecipadas		29.846	5.884				
Estoque	7	2.968.036	1.033.392	TOTAL CIRCULANTE		18.473.838	20.449.992
				NÃO CIRCULANTE			
TOTAL CIRCULANTE		14.930.986	10.264.292	Empréstimos e Financiamentos a Pagar (LP)	15	6.942.958	3.435.911
NÃO CIRCULANTE				Prov. Ações Cíveis e Trabalhistas	18	6.376.691	4.261.961
Realizável a Longo Prazo		67.026	42.197	Subvenções de Imobilizado diferidas		4.565.517	4.179.213
Depósitos Judiciais		67.026	42.197	Parcelamentos (LP)	17	974.559	1.261.266
				TOTAL NÃO CIRCULANTE		18.859.725	13.138.351
Investimento	8	95.292	207.719	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos		95.292	207.719	Patrimônio Social		(4.666.554)	2.597.748
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		7.000.015	7.000.015
Imobilizado	9	24.166.273	24.914.761	Superávit ou Déficit do Exercício		(164.922)	(7.466.390)
Bens Imobilizado		43.878.650	42.302.451				
Bens com Restrição		-	-	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	2.168.539	2.131.373
(-) Depreciação Acumulada		(19.712.377)	(17.387.690)				
Intangível	10	242.526	290.746				
Softwares		1.357.772	1.275.519				
(-) Amortização Acumulada		(1.115.246)	(984.773)				
TOTAL NÃO CIRCULANTE		24.571.116	25.455.423				
				TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.502.102	35.719.715
TOTAL DO ATIVO		39.502.102	35.719.715				

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

RG: 59.904.636-3
CPF: 293.745.611-15
Irã Dilma C. Abreu
Tessoureira
W. de F. H. W.

Thiago Carvalho
Thiago Carvalho
CRC SP 259898/0-8

HOSPITAL AUXILIAR PAULISTA
Hospital AUXILIAR PAULISTA
Mário Antonio Calderof
Diretor Executivo
CPA 03.873.593/0001-99

Ma. Nilda C. Rango
Ma. Nilda C. Rango
Diretora Geral

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Administração da

SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

Três Lagoas - MS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, excetuando os efeitos dos assuntos comentados no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE BENEFICENTE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Entidade não avaliou a vida útil econômica estimada de cada item do ativo imobilizado, conforme requerido pela NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. Os bens são depreciados pelas taxas sugeridas pela legislação fiscal. Dessa forma, não foi possível mensurar a existência de eventuais ajustes e seus correspondentes reflexos nas demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba, 26 de abril de 2021.

ELIZEU DE
AZEVEDO:27225097849

Assinado de forma digital por
ELIZEU DE AZEVEDO:27225097849
Dados: 2021.04.27 08:33:15 -03'00'

Elizeu de Azevedo – Sócio Diretor

Contador CRC 1SP076962/0-9-MS